



FUNDAÇÃO UNIRG  
CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIRG  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

**PROJETO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II**

**OS DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA  
ESCOLAR NA INCLUSÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES  
ESPECIAIS**

Larisse Coelho Noronha  
Cejana Marques Borges  
Gestão Pública

**Gurupi, maio 2018**

**LARISSE COELHO NORONHA**

**OS DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA  
ESCOLAR NA INCLUSÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES  
ESPECIAIS**

Projeto de Conclusão de Curso apresentado à Centro  
Universitário UnirG.

**Orientador: Cejana Marques Borges Ma.**

**Gurupi, maio 2018**

# OS DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA ESCOLAR NA INCLUSÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

LARISSE COELHO NORONHA

Este Projeto foi julgado adequado e aprovado para a continuidade do Trabalho de  
Conclusão do Curso junto à Centro Universitário UnirG.

---

Prof. Eliza Magalhães do Prado Barcellos, Esp.  
Coordenadora do Curso de Administração

---

Profa. Claudeilda de Moraes Luna Esp.  
Coordenadora de Estágio do Curso de Administração

Apresentada a Banca Examinadora, integrada pelos Professores:

---

Prof. **Cejana Marques Borges Ma.**

---

Prof. Eliza Magalhães do Prado Barcellos, Esp.

---

Prof. Claudeilda de Moraes Luna Esp.

# SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	05
1.2 SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA .....	07
1.3 OBJETIVOS .....	08
<b>1.3.1 Objetivo geral</b> .....	07
<b>1.3.2 Objetivos específicos</b> .....	07
1.4 JUSTIFICATIVA .....	07
<b>2. REVISÃO DA LITERATURA</b> .....	10
2.1 Inclusão Escolar: Um desafio do dia a dia para a gestão democrática e participativa .....	10
2.2 A Família e a Escola no Contexto da Inclusão de Portadores de Necessidades Especiais.....	11
2.3 Dificuldades encontradas na Sala de Aula com Alunos Inclusos .....	12
2.4 Modalidades de Atendimento.....	17
2.5 A Importância da Gestão Democrática e Participativa na Inclusão Escolar .....	18
2.6 A Gestão Participativa e Democrática no Contexto da Inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais.....	21
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO</b> .....	24
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	27
4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA .....	27
4.2 TÉCNICAS DE PESQUISA .....	28
4.3 ANÁLISE DOS DADOS .....	29
5 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES .....	30
6 ORÇAMENTO .....	31
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	31
<b>APÊNDICE</b> .....	34

# 1 INTRODUÇÃO

O presente projeto tem como finalidade ressaltar sobre a importância da escola disponibilizar-se de uma gestão democrática, participativa e inclusiva com o pressuposto de fortalecer e ampliar cada vez mais o padrão de qualidade da educação, no sentido de promover a competência e a habilidade de profissionais comprometidos e corresponsáveis pelo desenvolvimento de um trabalho educativo de forma qualitativa no âmbito escolar.

A vida cotidiana da escola contemporânea perpassa por desafios, sonhos e esperanças. Dentre eles um é, por excelência, prioritário: a gestão democrática participativa. A gestão democrática não se identifica como decisões a respeito de aspectos e ações secundárias, fragmentadas e isoladas da unidade escolar. Deve envolver o diagnóstico de suas dificuldades e sucessos, a busca de soluções coletivas e organizadas para aspectos prioritários, isto é, para o que é essencial e justifica sua existência: as construções de uma escola que sane todas as necessidades daqueles que dela se utilizam: sejam funcionários, alunos e comunidade.

São muitos os desafios para o gestor enfrentar na busca de uma escola democrática e participativa, é também, infinito as oportunidades de desenvolvimento social e econômico gerada por essas mudanças. A participação coletiva de todos os envolvidos no processo educativo possibilita um compromisso, um sentimento de pertencimento e o envolvimento coletivo para a realização das atividades propostas.

Partindo dessa ideia, ressalta-se que os alunos especiais inseridos nos anos iniciais, em alguns casos não recebem atendimento adequado e não conseguem desenvolver a aprendizagem, tornando-os mais excluídos e sem perspectiva de crescimento intelectual, social e cognitivo. Nesse sentido, percebe-se que as escolas devem cumprir com o seu papel de agente determinante, e ser capaz de atender a todos com qualidade e respeito às diferenças para superar as dificuldades da inclusão social.

Portanto, o problema a gestão das escolas está democraticamente e participativa preparada para incluir alunos portadores de necessidades especiais

norteou a hipótese gestores sensibilizados têm mais condições de realizar um trabalho de educação inclusiva democrática e participativa em um âmbito especial.

Do ponto de vista metodológico, a análise embasa-se nos princípios da pesquisa bibliográfica a partir da visão de teóricos Carvalho (2000), Libâneo (2004), Marta (2004), Mantoan, (1988), Mozzotta (1988) e em documentos. Documentos estes que ajudou a constatar a importância da gestão democrática e participativa na inclusão escolar.

Nesse sentido, esse projeto divide-se em: Introdução, revisão literária, caracterização, cronograma e orçamento.

## **1. 1 SITUAÇÃO PROBLEMÁTICA**

Sabe-se que o gestor escolar frente à inclusão, deve preocupar-se em criar espaços para que todos desenvolvam as competências necessárias para ter uma qualidade de vida eficaz e participar da sociedade como ser atuante sendo capaz de intervir na sociedade com cidadãos dotados de direitos políticos, sociais e econômicos.

Nesse sentido, a escola deve criar meios que contribuam para que aluno portador de necessidades especiais não seja desamparado, excluído do processo educativo, inviabilizado por suas limitações e dificuldades, sejam elas motoras, físicas, intelectuais e /ou sociais.

O gestor escolar deve colaborar para que aconteça o rompimento das barreiras que impedem à aprendizagem, e partir de então, reconhecer no aluno a possibilidade de desenvolvimento cognitivo, motor e psicológico.

Para que a escola construa espaços para os portadores de necessidades especiais é necessário que valorize a identidade e autonomia no contexto escolar e social e, para isso, o gestor deve buscar meios que contemplem as necessidades dos alunos, dos professores e da equipe de apoio-aprendizagem.

Para Azevedo e Cunha (2008) os gestores podem conhecer por meio de relatos e pesquisas os aspectos reais, as necessidades dos alunos e como ocorre o processo da inclusão na escola, para que seja possível identificar as possíveis barreiras que interferem no processo da inclusão. A escola municipal Domingos

Barreira de Amorim realiza a gestão democrática e participativa para a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais?

## **1.2 OBJETIVOS**

Os objetivos numa pesquisa científica demonstram, além das finalidades propostas pelo pesquisador, as possibilidades de aquisição de resultados condizentes mediante o trabalho realizado.

Dessa forma, torna-se imprescindível que ao decidir realizar uma pesquisa científica, o pesquisador tenha os objetivos definidos desde o início da elaboração de seu projeto de pesquisa para que seu trabalho seja realizado com eficácia.

### **1.2.1 Objetivo geral**

► Analisar a gestão da Escola Municipal Domingos Barreira de Amorim em relação à inclusão dos alunos portadores de necessidades especiais, no Município de Gurupi-TO.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

- Identificar as políticas e práticas de gestão realizadas pela gestora da escola em estudo;
- Comparar as políticas e práticas realizadas pela gestão da escola com a teoria dos autores abordados neste estudo;
- Sugerir ações que contribuam para que a escola estudada possa atender de modo mais eficaz alunos portadores de necessidades especiais.

## **1.3 JUSTIFICATIVA**

O interesse por esse tema surgiu a partir do período de estágio, onde observou-se estratégias de mercado realizadas pela escola de forma democrática e participativa voltadas para a inclusão onde alguns membros da equipe escolar participavam das tomadas de decisões juntamente com o gestor da escola.

A escola é um espaço social e democrático, composto pelos alunos e seus familiares, professores, funcionários e pelos demais membros da comunidade.

Mais pensar num modelo de gestão em que os líderes não atuem democraticamente, onde seus interesses são centralizados apenas no poder de liderar de forma autoritária, não havendo a participação da comunidade nas tomadas de decisão, esse com certeza não é o modelo de gestão democrática exigida pela sociedade e sem dúvida queremos uma gestão democraticamente atuante.

A educação escolar tem a tarefa de promover a apropriação de saberes, procedimentos, atitudes e valores por parte dos alunos, pela ação mediadora dos professores e pela organização e gestão da escola. O encargo das escolas, hoje, é assegurar o desenvolvimento das capacidades cognitivas, operativas, sociais e morais pelo seu empenho na dinamização do currículo, no desenvolvimento dos processos do pensar, na formação da cidadania participativa e na formação ética. Para isso, faz-se necessário superar as formas conservadoras de organização e gestão, adotando formas alternativas, criativas, de modo que aos objetivos sociais e políticos da escola correspondam estratégias compatíveis de organização e gestão (LIBÂNEO, 2000, p. 81).

Mas o que se espera nos dias atuais é a realização da democracia nos espaços escolares onde exista nas escolas um Conselho Escolar atuante, tendo como função deliberativa, consultiva e fiscalizadora, mas sabemos que muitas escolas não tem se preocupado em acompanhar as inovações propostas pelas diretrizes curriculares, que vem nortear o desenvolvimento de cada unidade de ensino. Portanto, faz-se necessário essa busca pela inovação e demonstrar que a administração pode se tornar mais justa e eficaz, somando desta forma positivamente para as mudanças e transformações dentro do processo educacional desenvolvido no país.

A preocupação com a melhoria da qualidade da educação levantou a necessidade de descentralização e democratização da gestão escolar e, conseqüentemente, a participação tornou-se um conceito nuclear. Como aponta Luck et al. (1998, p. 15), “o entendimento do conceito de gestão já pressupõe, em si, a ideia de participação, isto é, do trabalho associado de pessoas analisando situações, decidindo sobre seu encaminhamento e agir sobre elas em conjunto”.

Partindo desse pressuposto, a finalidade deste estudo é evidenciar a importância da gestão democrática e participativa tendo como ponto primordial a inclusão de alunos portadores de necessidades especiais no âmbito escolar, a partir de discursos de especialistas/teóricos no sentido de delinear as possibilidades da gestão escolar ser capaz de desenvolver um trabalho qualificado e transformador envolvendo alunos, pais de alunos e a comunidade na qual a escola está inserida.



Com a realização deste projeto pretende-se contribuir para que tanto a gestão democrática quanto professores e demais funcionários da escola em estudo entendam o verdadeiro sentido da gestão democrática participativa escolar na inclusão de portadores de necessidades especiais e ainda para a melhoria do desenvolvimento das ações realizadas na escola voltadas para esse contexto.

Pretende-se também contribuir para que os professores atuantes em turmas com portadores de necessidades especiais disponibilizem de materiais que contribuam para o seu fazer pedagógico no processo de ensino aprendizagem para que este aconteça de forma qualitativa e transformadora.

Em si tratando da sociedade, o reconhecimento desta, dos aspectos contidos nesse trabalho contribuirá para que a mesma compreenda que a participação e acompanhamento da família e conseqüentemente da sociedade na qual a escola atua é de suma importância para que as ações da escola sejam realizadas com mais eficácia, transparência, e assim, consiga realizar um processo de ensino e aprendizagem de forma qualitativa e transformadora.

## **2 REVISÃO LITERÁRIA**

Este capítulo apresenta a fundamentação teórica sobre o tema em estudo fazendo uma analogia a partir da visão de alguns teóricos que discutem sobre o assunto de forma clara e sucinta.

### **2.1 INCLUSÃO ESCOLAR: UM DESAFIO DO DIA A DIA PARA GESTÃO PARTICIPATIVA DEMOCRÁTICA**

Atualmente a palavra inclusão vem sendo estritamente discutida, em diferentes áreas das ciências humanas, sobretudo nos ambientes educacionais, sendo utilizada em diferentes contextos e com diferentes significados.

No entanto, não se pode negar que a inclusão escolar e social está respaldada em um longo e importante processo histórico, na dialética inclusão/exclusão representado pelas lutas das minorias pela incessante busca pela defesa dos direitos e da cidadania.

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9394/96) evidencia que todo aluno com necessidades especiais deve ser preferencialmente atendido pela rede regular de ensino. Isso deixa claro que uma pessoa com necessidades especiais deve passar por uma avaliação que vai determinar se ela tem condições de ingressar no ensino regular ou se necessita de um atendimento especializado, que as escolas em geral não têm condições de oferecer.

Seria o caso, por exemplo, de pessoas com deficiência mental que necessitam de apoio permanente até mesmo para atender a suas necessidades mais básicas, como comer. Neste caso, o aluno necessita de uma estrutura física e profissional diferenciada. Vale destacar que a convivência com a diversidade trará benefícios, tanto para as crianças tidas como "normais" como para aquelas com necessidades especiais.

A inclusão é um direito das pessoas portadoras de necessidades especiais. É, também, um dever da sociedade mostrar-se competente para educar e propiciar condições de sobrevivência digna para essas pessoas. Sendo assim a escola deve ser a primeira instituição a dar o exemplo.

No que se refere a uma educação voltada para a formação de uma sociedade mais justa e democrática, novos desafios são lançados aos responsáveis pela educação, como: a definição do perfil do professor e um espaço físico adequado para atender as exigências no que concerne a inclusão de pessoas com necessidades especiais no âmbito da aprendizagem.

O Plano Nacional da Educação, MEC/SEF (2001) fundamentado na Constituição Federal estabelece o direito das pessoas portadoras de deficiências a receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208, III).

A LDB (Lei de Diretrizes e Bases Lei nº. 9394/96), diretriz atual evidencia sobre a importância da plena integração dessas pessoas em todas as áreas da sociedade. Trata-se, portanto, de duas questões - o direito à educação, comum a todas as pessoas, e o direito de receber essa educação sempre que possível junto com as demais pessoas nas escolas "regulares".

As diretrizes supracitadas nomeiam uma escola integradora, inclusiva, que implica a participação da comunidade. Destaca que a política de inclusão reorienta as escolas especiais para prestarem apoio aos programas de integração e registra como medida importante à garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiências.

Como tendências recentes dos sistemas de ensino são apontadas: integração/inclusão, quando possível; ampliação do regulamento das escolas especiais para prestarem apoio e orientação aos programas de integração, além do específico; melhoria da qualificação dos professores do ensino fundamental; expansão dos cursos de formação/especialização.

## **2.2 A FAMÍLIA E A ESCOLA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DE PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

A família é o primeiro lugar onde a criança com necessidades especiais, assim como toda criança, estabelece sua identidade, conhece suas limitações e expande suas possibilidades. É através da família que a criança se insere no ambiente escolar, e a visão dessa instituição é que embasará o trabalho a ser realizado.

Entende-se por educação inclusiva o acesso e permanência na rede regular de ensino de pessoas portadoras de necessidades especiais, isto é, aquelas com características que de certa forma, as diferenciam do padrão de normalidade.

Verifica-se que houve um aumento considerável no tratamento das pessoas portadores de necessidades especiais por meio do processo de inclusão educacional, no entanto, ainda percebe-se que o atendimento inclusivo ainda não alcançou o ideal desejado. Inúmeros fatores ainda precisam ser repensados e mudanças serem efetivadas no âmbito familiar, escolar e na interação entre escola e família.

A inclusão está fundada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interações positivas, possibilidades de apoio as dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos pais e comunidade escolar (SALETE; ARANHA, 2004).

A família tem um papel fundamental no processo de inclusão, pois, é esta a responsável direta e primeira para que as crianças e adolescentes tenham condições favoráveis para um desenvolvimento saudável. É no seio da família que a criança percebe o mundo que a cerca, e através da vivencia familiar pode sentir-se é amada ou rejeitada, respeitada ou discriminada.

Um dos entraves para a inclusão é a própria desinformação da família sobre as necessidades da criança. Isto ocorre na maioria das vezes porque a família se coloca na total dependência de profissionais em diferentes áreas do conhecimento, esquivando-se das suas responsabilidades, ficando a parte do processo de aprendizagem e até mesmo de inclusão. “Faz-se necessário que a família construa conhecimentos sobre as necessidades especiais de seus filhos, bem como desenvolva competências de gerenciamento do conjunto dessas necessidades e potencialidades”. (SALETE; ARANHA, 2004).

A família precisa construir padrões cooperativos e coletivos de enfrentamento dos sentimentos, de análise das necessidades de cada membro e do grupo como um todo de tomada de decisões, de busca dos recursos e serviços que entende necessários para o bem estar e uma vida de boa qualidade. (SALETE; ARANHA, 2004).

Tanto quanto a convivência e o relacionamento familiar são fatores fundamentais para o desenvolvimento da criança, a inclusão no universo coletivo faz a mediação entre ela e o mundo, entre ela e o conhecimento e facilita o aprendizado significativo.

Neste sentido, a escola inclusiva se apresenta como “um espaço que favorece, a todos os cidadãos, o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento de competências, a possibilidade de apreensão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e de sua utilização no efetivo exercício da cidadania” (SEESP/MEC, 2004).

Evidencia-se, entretanto, que para construir na escola uma educação inclusiva de qualidade para todos, faz-se necessário romper com o modelo da educação tradicional. Este processo de mudança tem como ponto decisivo a construção do Projeto Político Pedagógico, com a colaboração dos pais, professores, alunos, coordenadores, diretores e comunidade, sempre com vista no aluno. “O Projeto Político Pedagógico de uma escola é o instrumento teórico metodológico, definidor da relação da escola com a comunidade a quem vai atender, explicita o que se vai fazer, porque se vai fazer, para que se vai fazer para quem se vai fazer e como se vai fazer” (SEESP/MEC, 2004).

Uma escola só poderá ser considerada inclusiva quando estiver organizado para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência condição social ou qualquer outra situação. Um ensino significativo é aquele que garante o acesso ao conjunto sistematizado de conhecimento como recursos a serem mobilizados. (SALETE; ARANHA, 2004).

Como se pode observar no processo de inclusão, família e escola têm um importante papel sendo estas, pontos de apoio e sustentação, são marcos de referencia existencial, por isso, precisam andar sempre juntas, traçar metas e objetivos comuns. Isto implica na promoção de reuniões encontros de lazer, entrevistas e outros procedimentos que possam estreitar a relação consciente e segura, pois quanto melhor for à parceria entre ambos, melhor será o resultado alcançado.

## **2.3 DIFICULDADES ENFRENTADAS NA SALA DE AULA COM ALUNOS INCLUSOS**

As dificuldades encontradas na escola são dificuldades pelas quais se referem à: comunicação (surdos); dificuldades na implementação de metodologias adaptadas e ausência de capacitação dos professores. Mas, com base na Constituição Federal (1998), e a Lei de Diretrizes e Bases (1996) que, em seu artigo 4, Inciso III garante atendimento educacional especializado e gratuito ao educando

com necessidades especiais preferencialmente na rede regular de ensino, (BRASIL, 1996, p. 22), o movimento de inclusão no ensino regular é irreversível, nesta visão e apropriando-se do que regulamenta a Lei o Estado do Tocantins elaborou a proposta de professor itinerante.

O Governo do Tocantins assumiu o compromisso de garantir a Educação - direito de todos - como fator de desenvolvimento social e econômico e como instrumento de inclusão social, com vistas à construção de uma sociedade mais justa e igualitária, nos termos das legislações federal e estadual. Uma das grandes ferramentas para cumprir com essa meta é o Plano Estadual de Educação 2006/2015.

Partindo desse pressuposto, o item 8 do Plano Estadual de Educação 2006/2015 relata sobre a importância da inserção das pessoas portadoras de necessidades especiais no ambiente escolar como evidenciando a forma pela qual os alunos serão atendidos:

A educação especial organiza-se de modo a considerar uma aproximação sucessiva dos pressupostos e da prática pedagógica social da educação inclusiva. Nessa perspectiva, não se espera mais que as pessoas com necessidades educacionais especiais se integrem por si mesmas, mas que os ambientes sejam transformados para possibilitar essa inserção.

A educação especial no Estado do Tocantins foi implantada em 1989 e o atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais iniciou no ano de 1992, em salas de recursos para as pessoas com deficiência mental, visual e auditiva e em sala de apoio pedagógico, para alunos com dificuldade de aprendizagem.

Inicialmente, instituíram-se pólos nos municípios de Araguaína, Guaraí, Gurupi, Miracema do Tocantins, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional e Tocantinópolis, atendendo, naquela época, a um total de 234 alunos.

A partir do ano de 1997, foram criadas as classes especiais de alfabetização – outra modalidade de atendimento com integração parcial – uma vez que se percebeu que os alunos não acompanhavam o processo de alfabetização integrados nas classes de 1ª série do ensino fundamental.

Com o intuito de expandir a oferta da educação especial vem executado o Programa de Expansão do Atendimento a crianças portadoras de necessidades

especiais na escola regular de ensino e nas escolas especiais. Ressalta-se que a Secretaria da Educação e Cultura tem assegurado apoio técnico e financeiro às escolas especiais por meio do Programa Escola Comunitária de Gestão Compartilhada, desde 1997, atendendo, atualmente, a 19 Escolas Especiais – APAE's, com alunos que ainda não puderam ser absorvidos pela escola regular, envolvendo um número significativo de instituições distribuídas pelas diversas regiões do Estado. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO 2006/2015).

A Secretaria da Educação e Cultura, nos 12 anos de trabalho nessa modalidade de ensino, tem se empenhado na construção da escola para todos, no sentido de garantir a inclusão com qualidade social. O apoio técnico e financeiro do Ministério da Educação e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação muito contribui para a expansão e o aprimoramento do atendimento educacional aos alunos com necessidades educacionais especiais.

O governo ao elaborar o Plano Estadual de Educação 2006/2015, reconhece a necessidade de providenciar a formação e qualificação adequada para os professores dessa modalidade de ensino, visto que 57,5% das funções docentes estão ocupadas por profissionais sem a formação específica para atuar nesta modalidade de ensino. (Plano Estadual de Educação 2006/2015, p. 29)

Quanto às diretrizes, as diretrizes básicas são evidenciadas conforme mostra a seguir:

8.2.1 - é necessário e urgente que as escolas que oferecem a Educação Especial tenham a sua estrutura física readequada de forma a atender à demanda;

8.2.2 - a formação de recursos humanos com capacidade de oferecer o atendimento aos educandos especiais nas escolas regulares de ensino fundamental, médio e superior, bem como em instituições especializadas;

8.2.3 - de igual forma, considera-se pertinente que a escola trabalhe o projeto político-pedagógico, a aquisição de mobiliário, equipamentos e formação de recursos humanos condizentes com os propósitos da educação inclusiva;

8.2.4 - considerando as questões envolvidas no desenvolvimento e na aprendizagem do alunado com necessidades especiais, a articulação e a cooperação entre os setores de educação, saúde e assistência social é fundamental para potencializar a ação de cada um deles; 8.2.5 - a proposta pedagógica para a educação especial deve contemplar as metodologias específicas e adequadas aos diversos meios de transmissão e a construção do conhecimento, bem como os critérios de avaliação com vistas à promoção. (PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO 2006/2015, pp.30)

Partindo desse as escolas do Estado contam com o serviço do professor itinerante que trabalha de maneira prática e progressiva favorecendo reflexões e

mudanças de atitudes por parte das pessoas engajadas na escola, bem como toda a comunidade escolar. O professor acompanha o aluno “*in loco*”, o desenvolvimento do aluno portador de necessidades educacionais especiais, subsidiando a unidade escolar através de estratégias de ensino referentes aos conteúdos curriculares e toda a prática do professor no âmbito escolar.

Assim como a itinerância, a sala de recursos também é um recurso utilizado pelas escolas, como suporte da prática pedagógica, nela o aluno incluso recebe o atendimento de um professor especializado que complementa o atendimento educacional.

Este aluno ainda pode receber o acompanhamento de fonodólogos, psicólogos, psicopedagogo e outros especialistas, sempre no contra turno do horário de aula das classes comuns, mas, no contexto da própria escola ou em escola próxima a que o aluno frequenta o ensino regular.

Partindo desse pressuposto, o aluno recebe o reforço da aprendizagem e não se sente excluído. A problemática é que existem poucas salas de recursos para a demanda, e muitos alunos não são contemplados.

Para ampliar e facilitar a interação entre professores e alunos com dificuldade na área de comunicação a escola democrática e participativa inclusiva, deve investir nos sistemas alternativos, ou seja, propiciar recursos que dê condições aos alunos de se fazerem entender.

Os sistemas alternativos para a comunicação vão desde tecnologias avançadas como os sistemas computadorizados softwares específicos, até um simples joguinho que contenham símbolos gráficos, figuras, desenhos e letras.

Outro pressuposto de suma importância para efetivação da escola inclusiva é a estrutura física, ela precisa ser adaptada as reais necessidades dos alunos inclusos: banheiros, escadas, pátios, salas de aula, bem como as mobílias devem ser apropriadas a fim de evitar constrangimento e até mesmo exclusão.

Portanto, fica evidente que para oferecer um ambiente favorável à inclusão, não é preciso ter somente conhecimento das diversidades, é preciso ter boa formação.



## 2.4 MODALIDADES DE ATENDIMENTO

Comparando o atendimento público com o particular, verifica-se que o segundo dá preferência à educação precoce, a oficinas pedagógicas dentre outras, enquanto que o primeiro dá prioridade às classes especiais e classes comuns com apoio pedagógico.

Nessa perspectiva O Plano Nacional da Educação, MEC/SEF (2001) relata que as tendências recentes dos sistemas de ensino são as seguintes: integração/inclusão do aluno portador de deficiência no sistema regular de ensino e, se isto não for possível em função das necessidades do educando, realizar o atendimento em classes e escolas especializadas; ampliação do regulamento das escolas especiais para prestarem apoio e orientação aos programas de integração, além do atendimento específico; melhoria da qualificação dos professores de todas as modalidades, em especial para o ensino fundamental para essa clientela; expansão da oferta dos cursos de formação/especialização pelas universidades e escolas “ditas” normais.

Para tanto, apesar do crescimento das matrículas, observa-se que o déficit é muito grande e constitui um desafio imenso para os sistemas de ensino, pois diversas ações devem ser realizadas ao mesmo tempo. Entre elas, destacam-se a sensibilização dos demais alunos e da comunidade em geral para a integração, as adaptações curriculares, a qualificação dos professores para o atendimento nas escolas regulares e a especialização dos professores para o atendimento nas escolas especiais, produção de livros e materiais pedagógicos adequados para as diferentes necessidades, adaptação das escolas para que os alunos com deficiência possam nelas transitar, oferta de transporte escolar adaptado, dentre outras.

Diante desse quadro, faz-se necessário que os responsáveis se sensibilizem e busque tais instrumentos para fazer da escola um lugar de integração não de alunos, mas da comunidade com a realidade social.

É importante ressaltar que as ações de mudança para inclusão, não podem ser unilaterais, precisam ser de forma contínua e agregando: Estado, comunidade, escola e organizações diversas com interesse direto na saúde.

## **2.5 A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA NA INCLUSÃO ESCOLAR**

O tema da escola democrática e autônoma está inserido no debate mais geral a respeito do processo de democratização na educação, e está em discussão em diversos setores educacionais, buscando sempre melhoria da qualidade do ensino e de democratização da sociedade.

Atualmente, muitos pesquisadores das áreas sociais e humanas encontram-se preocupados com o relacionamento entre a escola e a comunidade. Os conceitos de democracia, qualidade de ensino, ética, cidadania, justiça social e qualidade total, fazem parte de discursos nas quais se tem como principal objeto de trabalho, a qualidade da educação. Para Abranches (2003, p. 57)

A escola não é o centro de tudo que há na sociedade, mas é uma das instantâneas, por onde circulam os mais variados interesses sociais sendo responsável pela transmissão do saber e pela formação do indivíduo para o exercício da cidadania. Portanto é esta última que caracteriza a função social da escola. É por intermédio dela que surge o debate sobre a necessidade do processo democrático no seu interior, compreendendo que há uma necessidade da escola formar cidadãos e por isso é fundamental criar condições para a participação dos vários setores da comunidade, para que se forme no indivíduo a consciência de sua responsabilidade.

Partindo desse pressuposto, fica claro que a forma pela qual a escola vê a educação inclusiva é que determina sua forma de trabalho, e essa visão é quase sempre aquela repassada pelo gestor. É da gestão, que parte a orientação do que será realizado na escola com os alunos portadores de necessidades especiais, é dele que partem os pressupostos de trabalho pedagógico.

Ainda segundo Abranches (2003) dentre as atribuições da gestão participativa destaca-se que em seu trabalho deve haver uma concepção de ação integrada e cooperativa com o corpo escolar, uma vez que, o gestor participativo nas escolas pode significar a dinamização das relações pessoais do processo da comunicação, informação e transformação do processo escolar que deve estar intimamente relacionado com o meio social e com a realidade do educando.

Geralmente a gestão democrática e participativa voltada para um ambiente de inclusão, nas escolas em que se está habituado a trabalhar, remete a uma prática complexa, difícil de ser concretizada porque se encontra essencialmente coletiva e

organizada, seguindo modelos políticos prontos, instrumento este que faz da comunidade um veículo de falsa “utilidade pública”, prevalecendo sempre, os instrumentos de mediação de poder sobre os excluídos da sociedade.

No entanto, esta prática deve transformar-se em veículos para a construção de uma sociedade na qual, dentre outros aspectos, sejam possíveis e palpáveis à democratização do acesso e garantia da permanência, democratização da gestão e qualidade social da educação para todos, revertendo o quadro da exclusão social, cultural, tecnológica e educacional de grande parcela da população brasileira.

Para Libâneo (2004), nenhuma prática de gestão participativa se sustentará por muito tempo sem os verdadeiros pressupostos de uma teoria significativa e bem estruturada que zele pela perspectiva da “educação libertadora” que valoriza o diálogo, a participação, a conquista da autonomia e da democracia, o compromisso político, ético e estético com a construção de uma sociedade mais justa e sustentável, com a concepção de ser humano histórico, incompleto, inacabado, capaz de lutar pela transformação social, por uma sociedade mais justa e sustentável para todos.

A educação inclusiva é uma questão de direitos humanos e implica a definição de políticas públicas, traduzidas nas ações institucionalmente planejadas, implementadas e avaliadas.

A gestão escolar democrática tem características e exigências próprias. Para efetivá-la, devem-se observar procedimentos que promovam o envolvimento, o comprometimento e a participação das pessoas.

Os processos internacionais e sistemáticos de chegar a uma decisão e de fazer a decisão funcionar caracteriza a ação que denominamos gestão. Em outras palavras, a gestão e a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para se atingir os objetivos da organização, envolvendo, basicamente, os aspectos gerenciados e técnico-administrativos. (LIBÂNEO, 2004).

Partindo desse pressuposto, os processos de gestão da escola devem ir além da gestão administrativa. Esses processos procuram estimular a participação de diferentes pessoas e articular aspectos financeiros, pedagógicos e administrativos para atingir um objetivo específico: promover uma educação de qualidade:

[...] que abranja os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas

manifestações culturais. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, nº 9.394/96, art 1º).

Tais tarefas remetidas à escola configuram a gestão escolar, onde assumem diferentes significados conforme os alunos e suas características, principalmente as inclusivas. Nesse sentido, na busca de uma educação que possibilite ao sujeito superar os desafios do momento, aumentando a autoestima e a confiança necessária para operar sobre a restrição do que lhe é negado, observa-se que, desde então, vários educadores procuram respostas que levem em consideração o problema de desenvolvimento econômico e a participação da comunidade, iniciando assim, a busca da inserção crítica do cidadão brasileiro no processo de "democratização da escola".

Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Lei nº. 9394/96 (LDB) que garante, dentre outros, a gestão democrática na escola, a educação brasileira conquista o direito de, efetivamente, refletir a necessidade e a importância da participação consciente dos diretores, pais, alunos, professores e funcionários com relação às decisões a serem tomadas no cotidiano escolar, na busca de um compromisso coletivo com resultados educacionais mais significativos e também que se ofereça nas escolas públicas, educação inclusiva e de qualidade.

Esta educação cuja meta é valorizar o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e igualitária, agregada ao fato de fortalecer cada vez mais a democracia no processo pedagógico, encontra no projeto de Gestão Democrática da Escola, uma oportunidade real de transformar a escola em um espaço público onde diversas pessoas têm a possibilidade de articular suas ideias, estabelecer diálogo e considerar diferentes pontos de vista.

O maior foco da gestão democrática voltada à inclusão está justamente no fato de cada um dos integrantes sentir-se responsável em transformar a educação. A luta por uma escola cada vez mais democrática, com a participação de toda a comunidade escolar e inclusiva é, exatamente, o compromisso que deve ser assumido por todos os profissionais da educação.

Segundo o Plano Nacional da Educação, MEC/SEF (2001) a concepção que orienta as principais opiniões acerca da educação inclusiva é de que a escola é um dos espaços de ação e de transformação, que conjuga a ideia de políticas educacionais e políticas sociais amplas que garantam os direitos da população.

Assim, a implantação de propostas com vistas à construção de uma educação inclusiva requer mudanças nos processos de gestão, na formação de professores, nas metodologias educacionais, com ações compartilhadas e práticas colaborativas que respondam às necessidades de todos os alunos.

O movimento pela inclusão se constitui numa postura ativa de identificação das barreiras que alguns grupos encontram no acesso à educação e também na busca dos recursos necessários para ultrapassá-las, consolidando um novo paradigma educacional de construção de uma escola aberta às diferenças. Dessa forma, promove a necessária transformação da escola e das alternativas pedagógicas com vistas ao desenvolvimento de uma educação para todos nas escolas regulares. (PLANO NACIONAL DA EDUCAÇÃO, MEC/SEF, 2001).

Portanto, fica evidente, que o desafio de construir uma escola participativa, democrática e inclusiva na sociedade contemporânea tem sido aceito pelas escolas brasileiras a partir do momento que estas não negam o acesso e matriculam crianças e adolescentes portadores de necessidades especiais em classes comuns do ensino regular, no entanto, com base no que se presencia nas escolas, percebe-se que só esta atitude não tem sido suficiente, pois a simples presença de portadores de necessidades especiais no âmbito escolar não torna a escola inclusiva.

## **2.6 A GESTÃO PARTICIPATIVA E DEMOCRÁTICA NO CONTEXTO DA INCLUSÃO DOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS**

Partindo do pressuposto de que a gestão precisa ser democrática para ter efetivo diferencial junto à comunidade escolar, é de suma importância que as tomadas de decisões e exercício de funções sejam feitas com o intuito de fortalecer a presença das pessoas que estão inseridas no ambiente educacional.

Assim sendo, espera-se que a escola se transforme em um lugar onde cada sugestão doada por alunos, professores, pais e representantes da comunidade local, se transforme em algo relevante e digno de consideração, com o objetivo de promover uma educação de qualidade, conforme assegura a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394/96 art. 1º que menciona a necessidade de uma educação: “[...] que abranja os processos formativos que se desenvolvam na

vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Ainda de acordo com a Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9.394/96 a gestão democrática implantada no ambiente escolar contribui para que as crianças, os jovens e os adultos se tornem cidadãos críticos, que posteriormente atuarão na sociedade sabendo como conviver democraticamente, conforme assegura o Estatuto da Criança e do Adolescente.

No entanto, a escola participativa e democrática contemporânea enfrenta o grande desafio para atender com qualidade os alunos portadores de necessidades especiais em classes comuns do ensino regular. Daí a necessidade dos sistemas educacionais investirem mais nos fenômenos a seguir:

**a) Preparo do professor para receber os alunos:** a grande reivindicação que têm sido feita pela maioria dos professores que trabalham com alunos portadores de necessidades especiais, é a de que a distância que há entre a política de inclusão e a realidade enfrentada por eles na instituição são muitas. Os desafios são tantos que muitas vezes acreditam que são impossíveis de superá-los, e esta postura queira ou não implica no repensar das práticas pedagógicas e requer um compromisso de todos os envolvidos no processo da educação inclusiva, consolidando um novo paradigma educacional. Como afirma Montoan (1997 p. 45),

A escola inclusiva propõe um modo de se constituir o sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função destas necessidades. A inclusão causa uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita a ajudar só os alunos que apresentam dificuldade na escola mais todos: professor alunos, pessoal administrativo, para que obtenha sucesso na corrente educativa geral (MONTTOAN, 1997, p. 45).

É sempre bom lembrar que neste processo inclusivo, a postura do professor é relevante, pois é ele que conduz e administra a sala de aula, portanto suas atitudes podem facilitar o trabalho de inclusão ou servir de barreira excluindo e segregando os alunos no espaço educacional onde deveria ser de inclusão.

Para Carvalho (2000), “As realidades em nossas escolas tem se mostrado contraditório a esse respeito”, porque ao lado de muitos educadores que se mostram receptivos e interessados na presença de alunos deficientes em suas salas, há os

que temem, outros que toleram e gostam dos alunos, mas, não sabem como lidar com eles.

### **b) O Papel do Gestor**

Segundo Libâneo (2004), Gestão significa dar direção ao processo de organização e funcionamento da escola, comprometida com a formação do cidadão. Não qualquer formação, mas justamente aquela já apontada anteriormente, no referencial que apresenta a orientação em âmbito mais geral de um processo: direção de mudanças a serem efetuadas.

Se as escolas têm a responsabilidade de formar seus alunos de acordo com os princípios já apontados, é na gestão da aprendizagem que elas devem concentrar seus esforços. A compreensão dessa afirmação remete a um compromisso com o significado da reforma do ensino e com a garantia do processo educativo que se realiza na escola. Processo este não individual, mas coletivo, envolvendo todo o corpo docente, técnico-administrativo e a comunidade no planejamento, organização e desenvolvimento de um projeto político-pedagógico. (Secretaria de educação Especial – Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce. Série: Diretrizes, nº 3).

De acordo com o Plano Nacional da Educação, MEC/SEF (2001) é a intencionalidade do que se quer fazer que define a direção da ação e as formas de organizar a execução. É a intencionalidade - que se expressa nos objetivos – que irá nortear aquilo que se apresenta como desejado e necessário. Somente a participação efetiva e coletiva do conjunto dos educadores de uma unidade escolar garante que a verdadeira aprendizagem se viabilize e se concretize.

Ainda de acordo com o MEC/SEF (2001) A autonomia democrática implica também responsabilidade e comprometimento com as instituições que representam a comunidade (conselhos de escola, associações de pais e mestres, grêmios estudantis, entre outras), para que haja participação e compromisso de todos. No entanto, é importante que se leve em conta que a motivação, o ânimo e a satisfação não são responsabilidades exclusivas dos gestores. A equipe precisa trabalhar em conjunto para melhorar a qualidade do ambiente, criando condições necessárias para o ensino e a aprendizagem mais eficaz, pois, a eficácia se alcança com a união.

Acredita-se que é este o papel social da escola e também do gestor, atuando frente às profundas desigualdades socioeconômicas, que excluem da escola uma parcela da população, marginalizada pelas concepções e práticas de caráter conservador, inspiradas no neoliberalismo.

Dessa forma, fica evidente que toda a comunidade escolar deve se mobilizar pela garantia do acesso e da permanência do aluno na escola, fazendo com que a mesma seja democrática, participativa e inclusiva. Não basta esperar por soluções que venham verticalmente dos sistemas educacionais.

Partindo desse pressuposto, torna-se urgente a criação de propostas que resultem de fato na construção de uma escola verdadeiramente democrática e com qualidade social, fazendo com que os órgãos dirigentes do sistema educacional, possam reconhecê-la como prioritária e criem dispositivos legais que sejam coerentes e justos, disponibilizando os recursos necessários à realização dos projetos em cada escola, em especial, para os alunos portadores de necessidades especiais.

### **3 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO**



Escola Municipal Domingos Barreira de Amorim. Fonte: Própria autora, 2018.

Para a concretização desta pesquisa, foi escolhida uma Escola Municipal localizada na cidade de Gurupi TO, caracterizada a seguir:

A Escola Municipal Domingos Barreira de Amorim, foi fundada em 1990, pelo prefeito João Lisboa da Cruz, a unidade escolar contava com duas salas de aula, situada á Rua 211, Qd. 22, Lt. 49. A construção da nova sede, com amplo espaço,



foi inaugurada em 20 de janeiro de 2003, pelo Exmo. Prefeito Municipal João Lisboa da Cruz.

A origem do nome Domingos Barreira de Amorim, deu-se devido ao médico Gilberto Resende, que hoje é o nome de uma escola, e que quando o médico estava hospitalizado, conheceu um pedreiro no hospital que tinha esse nome Domingos Barreira de Amorim. Em sua homenagem deu o nome a escola.

A primeira eleição direta para gestor escolar, onde os candidatos teriam que ser do quadro efetivo do funcionalismo público Municipal, que aconteceu no ano de 2006, sendo eleita pela comunidade escolar a professora Adriana Angélica Mendonça dos Santos Chaves.

Em dezembro de 2008 foi realizada a eleição para a escolha da nova gestora da escola, a candidata Sra. Márcia Maria Francisca Ponce dos Reis, que foi eleita e assumiu a partir de 1º de janeiro de 2009. No final do ano de 2012 foi realizada a eleição para a escolha da nova diretora, onde a Sra Rosilene Carlos da Silva assumiu o biênio de 2013\2014 no dia 4 de janeiro.

No final do ano de 2014 foi realizada eleição para a escolha do novo gestor da Unidade Escola, onde o professor Lindomar Nunes Barros foi eleito e assumiu a gestão para o biênio de 2015\2016, no dia 06 de janeiro de 2015. Para 2017/2018 foi eleita a diretora Marquília Resplandes Carneiro Borges. Em janeiro de 2018, esta pediu licença para atendimento a interesses pessoais e atualmente a escola tem como diretora interina a professora Silmara Silva Menezes Costa.

Para alcançar os objetivos propostos, o estudo das diversas áreas do conhecimento tem como acepção o desenvolvimento de habilidades tais como: de criar, de refletir, de construir, de aprender, de participar, de expressar e, principalmente de compreender o mundo com suas complexidades, de modo que o educando possa fazer a relação destes conceitos com os conteúdos que “ganham vida” ao estabelecer significado no que aprende, ou seja, na conexão da teoria com o mundo real.

Nessa perspectiva, a Escola Municipal Domingos Barreira de Amorim, busca uma ação educativa centrada na construção de aprendizagens significativas e o desenvolvimento de competências, norteando-se pelos princípios epistemológicos, éticos, sociais e morais. (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2018).

Segundo pesquisas realizadas no Projeto Político Pedagógico (2018) desta escola, evidenciou-se que atualmente a mesma atende uma população de nível sócio econômico, considerado baixo, cujos pais têm as seguintes profissões: empregadas domésticas, faxineiras, pedreiros dentre outros, com renda até dois salários mínimos. De acordo com as demandas de atendimento e intervenções realizadas pelo Serviço de Orientação Educacional da Unidade de Ensino, percebeu-se que existe um grande número de alunos que se encontram inseridos em famílias com perfis que diferem do modelo tradicional. A maioria possui apenas o Ensino Fundamental, realidade esta que tem um impacto negativo no desenvolvimento escolar.

A Escola Municipal Domingos Barreira de Amorim está situada à Rua 110, nº 435, Qd. PMG-D, setor dos Buritis na cidade de Gurupi – TO. O referido setor localiza-se numa área urbana periférica da cidade.

A organização do espaço físico é acolhedor e agradável, propicia a aprendizagem com carteiras adequadas para acessibilidade dos alunos portadores de necessidades especiais. O espaço físico para as aulas de Educação Física é limitado, visto que a escola não possui quadra de esporte tornando-se inadequado nos dias de chuva, assim como também, na maioria dos meses do ano devido ao sol forte característico dessa região.

A estrutura física da escola corresponde a uma sala de informática, oito salas de aula, uma secretaria, banheiros com 08 sanitários, inclusive para portadores de necessidades especiais e uma cantina. Funciona nos turnos matutinos e vespertinos.

Atualmente a escola atende uma clientela de 334 alunos matriculados ofertando os seguintes níveis e modalidade de ensino, Educação Infantil conforme estabelece na LDB e ensino de primeira fase de 1º ano ao 5º ano do Ensino Fundamental e 2 turmas de Educação Infantil (Pré II). (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2018; SGE – SISTEMA DE GESTÃO ESCOLAR).

O quadro de servidores da escola é composto de 35 funcionários sendo: 16 professores, 01 professora de AEE – Atendimento Educacional Especializado, 01 orientador educacional, 01 gestor, 2 coordenadoras pedagógicas, 01 coordenadora de secretaria, 01 auxiliar de secretaria; 01 auxiliar de apoio, 01 coordenadora de

tecnologias, 03 Vigilantes e 03 ASGs – Auxiliar de Serviços Gerais; 01 porteira servente , e 03 cozinheiras. (PROJETO POLITICO PEDAGÓGICO, 2018).

Desde sua fundação, no ano de 1990 a Escola Municipal Domingos Barreira de Amorim, passou por modernizações em seu logotipo, no ano de 2010, prevaleceu o que está atualmente.



Logotipo da Escola Municipal Domingos Barreira de Amorim, 2018

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa científica é de suma importância na coleta de dados sobre um determinado assunto/tema, pois, possibilita ao pesquisador, a aquisição dos dados em estudo de forma prática e com mais eficácia.

Para a concretização desta pesquisa, foi escolhida uma Escola Municipal localizada na cidade de Gurupi TO, a Escola Municipal Domingos Barreira de Amorim.

### 4.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Este capítulo apresenta os procedimentos metodológicos que foram usados na pesquisa como: abordagem e o tipo de pesquisa; o ambiente da pesquisa; os sujeitos e os de investigação de pesquisa.

Para a realização deste projeto, será utilizado o método dedutivo, utilizando-se da pesquisa de cunho bibliográfica, documental e pesquisa de campo (estudo de

caso), uma vez que a pesquisa bibliográfica é a que se volta para uma construção de teorias, que possibilita ao investigador fazer o conhecimento teórico adequado e uma análise apurada, desempenho lógico, argumentação diversificada, e uma desenvoltura argumentativa sobre o assunto. Neste caso, ressalta-se também, que a pesquisa é exploratória e descritiva.

A pesquisa bibliográfica abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, etc. Desta forma o mesmo autor ainda destaca que a finalidade é colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências (LAKATOS, 2006, p. 185).

Para Marconi (2006, p. 75). “A pesquisa de campo consiste na observação de fatos e fenômenos tal como ocorrem espontaneamente, na coleta de dados a eles referentes e nos registros de variáveis que se presumem relevantes, para analisá-los”. (MARCONI, 2006, p. 75).

Dessa forma, seguindo esse raciocínio, embasará-se-a este estudo em livros, revistas, artigos e periódicos que trabalham esta temática e ainda análise de documento (Projeto Político Pedagógico PPP da escola em estudo, entrevista com a gestora da escola, com a professora de AEE – Atendimento Educacional Especializado, uma professora regente de sala de aula e um pai de aluno). Para a definir a amostra será empregado a fórmula de Barbetta Fig. 1

A metodologia não só abrange a fase de exploração de campo como define instrumentos e procedimentos para observação dos dados. Segundo Minayo (2003, p.43), “os principais elementos da metodologia podem ser definidos, sistematicamente, a partir da definição da amostragem onde, uma pergunta bem elaborada tem grande importância para o sucesso da pesquisa”.

<p><b>Fórmula 1:</b> <math>n_0 = \frac{1}{E^2_0}</math></p> <p><b>Fórmula 2:</b> <math>n = \frac{N \cdot n_0}{N + n_0}</math></p>
--

Figura 1.: Fórmula de Barbetta

## **4.2 TÉCNICAS DE PESQUISA**

Os procedimentos metodológicos deste estudo serão norteados através de uma abordagem qualitativa, onde no decorrer da pesquisa de campo será realizada a revisão da literatura, entrevistas com a gestora da escola por meio de questionário com questões abertas, e observações do cotidiano.

As observações ocorreram durante o momento do estágio na escola campo de pesquisa. O questionário contará com 9 questões abertas.

Serão analisados documentos e será realizada uma entrevista em profundidade com a gestora. Os dados serão coletados durante o mês de setembro de 2018 na sede da Escola Municipal Domingos Barreira de Amorim.

O uso de entrevistas “em profundidade” na pesquisa qualitativa deve ser apreciado e valorizado, devido a riqueza de informações que podem ser conseguidas e a possibilidade de ampliar o entendimento dos objetos investigados através da interação entre entrevistados e entrevistador, no entanto, a definição do método de pesquisa que deverá ser utilizado depende da natureza do objeto investigado, do problema de pesquisa e da abordagem paradigmática que guia o pesquisador.

Mattos (2010) destaca que a entrevista “em profundidade” tem sido cada vez mais utilizada na pesquisa em Administração, considerando a inadequação da metodologia quantitativa à área, uma vez que muitos dos problemas e fenômenos das relações que permeiam as organizações escapam ao pesquisador quando expresso em números e estatísticas.

Os argumentos que defendem o uso da entrevista como método de coleta de dados na pesquisa qualitativa se referem, especialmente, à exploração dos pontos de vistas dos atores sociais inseridos nos contextos de investigação, elementos eficazes ao conhecimento e à compreensão da realidade social.

## **4.3 ANÁLISE DOS DADOS**

A realização da análise dos dados ocorrerá de forma qualitativa observando as respostas dadas pela diretora no decorrer da entrevista realizada comparando – as com o que está prescrito no Projeto Político Pedagógico da escola, assim como

também nos demais documentos analisados para realização desse estudo. Dessa forma, os dados coletados serão organizados por meio de um relatório dissertativo.

Fundamentando-se nessas informações, o trabalho será realizado por meio de uma visão mais específica sobre os desafios da gestão democrática e participativa escolar na inclusão de portadores de necessidades que é o assunto do estudo em questão.

Segundo Flick (2004), a pesquisa qualitativa evita números, lida com interpretações da realidade social, bem diferente da quantitativa que prioriza números e modelos estatísticos.

Nessa perspectiva, Ludke e André (1986), a pesquisa qualitativa julga contato direto do pesquisador com os sujeitos da pesquisa e com a situação na qual a pesquisa está sendo desenvolvida. Por isso, ao se trabalhar com o método qualitativo, é importante estar atento às circunstâncias em que os objetos da pesquisa se inserem, uma vez se, então, que os dados coletados são predominantemente descritos. Compreende-se, portanto, que o material da pesquisa qualitativa é rico na descrição das pessoas, situações e acontecimentos.

## 5 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

<b>ATIVIDADES / MÊS</b>	<b>Agosto</b>	<b>Setembro</b>	<b>Outubro</b>	<b>Novembro</b>	<b>Dezembro</b>
<b>Encontros com o orientador</b>	x	x	x	x	x
<b>Levantamento Bibliográfico</b>	x	x	x	x	x
<b>Coleta de dados</b>		x	x		
<b>Análise de dados</b>		x	x		
<b>Entrega do TCC</b>		x		x	
<b>Elaboração da apresentação</b>		x		x	
<b>Defesa do TCC</b>		x			x
<b>Correção pós Defesa</b>					x
<b>Entrega final</b>					x

**Tabela 2:** Cronograma de atividades do projeto.

**Fonte:** Dados primários (2018)

## 6 ORÇAMENTO

Tem-se a seguir os recursos materiais e financeiros previstos para a execução deste projeto:

	Descrição	Quantidade	Valor (R\$)
01	Pen drive	1	25,00
02	Impressão preto e branco	120 folhas	12,00
03	Impressão colorida	15 folhas	37,50
04	Gasolina para visitas a empresa	10 litros (quantidade média)	44,90 R\$
Total		R\$ 119,40	

**Tabela 2:** Orçamento.

**Fonte:** Dados primários (2018).

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar:** Espaço de Participação da Comunidade. São Paulo, Cortez, 2003 – (Coleção questões da nossa Época). 102 p.

AZEVEDO, M. A. R.; CUNHA, G. R. da. Gestão Escolar e Educação Inclusiva: uma parceria necessária e emergente na escola. Revista Educação: Teoria e Prática, Rio Claro, São Paulo. v. 18, n.31, jul.-dez.-2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. 476 p.

BRASIL, **LDB: Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** Lei 9394/96. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura, Centro Nacional de Educação Especial, **Atividades e recursos pedagógicos para deficientes da audição.** Rio de Janeiro. MEC/FENAME, 1983, 239 p.

BRASIL. MEC. **Direito à educação – Necessidades educacionais especiais:** subsídios para atuação do ministério público brasileiro – Orientação gerais e marcos legais. Brasília: SEESP, 2001.

Brasil. MEC. **A fundamentação filosófica.** Programa Educação Inclusiva. V. 1 Brasília: SEESP, 2004.

CARVALHO, Rostia Edler. **Temas em educação especial.** Rio de Janeiro, WVA, 2000.

**EDUCAÇÃO ESPECIAL:** Programa de Estimulação Precoce -uma introdução às idéias de Feuerstein/ Vitor da Fonseca – 2 ed. Ver. Aumentada – Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1995.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Gestão da Educação:** Impasses, perspectivas e compromissos/Naura Syria Carapeto Ferreira.-São Paulo: 3 ed. Editora Cortez, 2001.

FLICK, U. **Uma introdução à pesquisa qualitativa.** 2. ed. Porto Alegre: Boockman, 2004.

**INCLUSÃO:** um guia para educadores? Susan Stainback e Willian Slainbock. Trad. Magda Franco Lopes – Porto Alegre – artes Médicas. 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola:** teoria e prática. Goiânia: ed. do autor, 2004. 178 p.

LIBÂNEO, Jose Carlos. **Organização e Gestão da Escola:** teoria e prática – Goiânia: Ed. Do Autor, 2000.

LÜCK, Heloisa et. al. A escola participativa: o trabalho do gestor escolar. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

LÜCK, H. Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências. 2. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009. v. 1. 143 p.

LUDKE, M.; André, M. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARTA, Salete; Fábio Aranha (orgs) **Educação inclusiva:** a família/Coordenação Geral SEESP/MEC: Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. 17 p. v.4.

**MANTOAN, Júlio (org) Diferenças e preconceitos na escola:** alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus Editorial, 1998.

MATTOS, P. L. C. L. Análise de entrevistas não estruturadas: da formalização à pragmática da linguagem. In: SILVA, A. B.; GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELO, R. (orgs). Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e métodos. 2. ed. São Paulo, 2010, p. 347-374.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO. Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial:** área de deficiência auditiva, 2004. (Série: Atualidades Pedagógicas 1 ).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTO – Secretaria de educação Especial – **Diretrizes Educacionais sobre Estimulação Precoce.** (Série: Diretrizes, nº 3 ).



MINAYO, M. C. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa. 4. ed. São Paulo, 1996.

MOZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. São Paulo, Cortez, 1988.

TOCANTINS, **Plano Estadual de Educação 2006/2015**. [http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee\\_to.pdf](http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pee/pee_to.pdf). Acesso em 20/03/2018.

OLIVEIRA, Verônica Macário de; MARTINS, Maria De Fátima; VASCONCELOS, Ana Cecília Feitosa. ENTREVISTAS “EM PROFUNDIDADE” NA PESQUISA QUALITATIVA EM ADMINISTRAÇÃO: PISTAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS. <https://www.google.com.br/search?q=artigo+sobre+pesquisa+em+profundidade&oq=artigo+sobre+pesquisa+em+profundidade&aqs=>. Acesso em 07/05/2018.

TOCANTINS, **Plano Estadual de Educação 2006/2015**. [https://www.google.com.br/search?ei=db6xWq7GBIGtwASZ75W4Dg&q=professor+itinerante+estado+do+Tocantins&oq=professor+itinerante+estado+do+Tocantins&gs\\_l=psy](https://www.google.com.br/search?ei=db6xWq7GBIGtwASZ75W4Dg&q=professor+itinerante+estado+do+Tocantins&oq=professor+itinerante+estado+do+Tocantins&gs_l=psy). Acesso em 20/03/2018.

## APÊNDICE

**Os desafios da gestão democrática e participativa escolar na inclusão de portadores de necessidades especiais**

O questionário a ser respondido tem finalidade de auxiliar a pesquisadora na concretização de uma investigação em que tem por objetivos entender como ocorre o processo de inclusão na Escola Municipal Domingos Barreira de Amorim.

### **Questionário para a diretora**

- 1- Você atua a quanto tempo na Educação?
- 2- Qual é seu cargo nesta Escola?
- 3- Como acontece a participação dos Pais aqui na escola?
- 4- Quais são as principais estratégias usadas pela Escola voltadas para o bom desempenho dos alunos, a permanência destes na escola e para o acesso de portadores de necessidades especiais?
- 5- Qual o público alvo da escola?
- 6- A escola desenvolve alguma estratégia de retenção e fidelização dos alunos?
- 7- Quais são as mídias utilizadas pela Escola?
- 8- A instituição conhece o perfil da sua clientela?
- 9- Nesta Escola são realizadas ações envolvendo os Pais?

### **Questionário para a diretora**

- 1- Professora, você disponibiliza de recursos didáticos suficientes para realizar a sua prática pedagógica com eficácia?